



Potencialidades do ecoturismo na ESEC Taim e suas interações com o projeto Geoparque Paisagem das Águas

Ecotourism potential at ESEC Taim and its interactions with the Paisagem das Águas Geopark project.

Rafaela Coelho Tavares, Carolina Minozzo, Thalita Schwenson dos Santos, João Vitor Lima Pereira, Laura Rudzewicz

RESUMO: O ecoturismo integra a preocupação com a sustentabilidade, a visitação com a finalidade educativa e a inserção das comunidades locais no planejamento e gestão da atividade. Consiste em práticas que ocorrem especialmente em áreas de interesse para a conservação da natureza. Entre essas estão as Unidades de Conservação (UCs), protegidas pela Lei Nº 9985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de UCs (SNUC). Já o Geoparque Mundial Unesco (GMU) é uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, voltada à conservação do geopatrimônio. O objetivo deste artigo é investigar o potencial ecoturístico na interface entre UCs e GMUs, a partir do estudo de caso da Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim), integrante do Projeto Geoparque Paisagem das Águas (PGPA). O estudo tem abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo, do tipo estudo de caso, com análise documental realizada em junho de 2025, seguida da técnica da análise temática. O PGPA abrange o estuário da Lagoa dos Patos, RS, uma área de relevância científica e ambiental internacional. Entre as oito UCs identificadas no território do PGPA, a ESEC Taim é o caso analisado. Criada para proteger nascentes que alimentam o sistema hidrológico do Taim, garantindo a manutenção dos ecossistemas naturais, é também reconhecida como sítio Ramsar e zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Embora essencial para a conservação ambiental, apresenta restrições legais ao uso público, incentivando o aproveitamento de atrativos no entorno, com forte apelo estético ligado às paisagens das águas e à observação da fauna e flora. Os documentos institucionais consultados não aprofundam as perspectivas do ecoturismo nesta UC e áreas adjacentes, limitando-o à visitação com finalidade educacional. Por outro lado, há atividades turísticas no entorno promovidas por operadores e condutores locais como trilhas, visitas interpretativas e contemplação da natureza e da histórica Vila da Capilha. Essas práticas demonstram potenciais de integração da conservação da biodiversidade e geodiversidade, aliada à valorização sociocultural, destacando a ESEC Taim como área prioritária no PGPA. A continuidade da pesquisa deverá abranger as demais UCs, buscando integrar suas gestões ao PGPA, com vistas ao mútuo fortalecimento das estratégias de conservação e uso sustentável da natureza no estuário da Lagoa dos Patos.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Geoturismo; Estuário da Lagoa dos Patos; Projeto Geoparque Paisagem das Águas; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: Ecotourism integrates a concern for sustainability, educational visits, and the involvement of local communities in the planning and management of the activity. It consists of practices that occur especially in areas of interest for nature conservation. These include Conservation Units (CUs), protected by Law No. 9985/2000, which establishes the National System of CUs (SNUC). The UNESCO Global Geopark (GMU) is a sustainable territorial development strategy focused on geoheritage conservation. The objective of this article is to investigate the ecotourism potential at the interface between CUs and GMUs, based on the case study of the Taim Ecological Station (ESEC Taim), part of the Landscape of Waters Geopark Project (PGPA). The study uses a qualitative, exploratory, and descriptive approach, using a case study approach. Document analysis was conducted in June 2025, followed by thematic analysis. The PGPA encompasses the Lagoa dos Patos estuary, in Rio Grande do Sul, Brazil, an area of international scientific and environmental significance. Among the eight Conservation Units (CUs) identified within the PGPA, ESEC Taim is the case in point. Created to protect springs that feed the Taim hydrological system, ensuring the maintenance of natural ecosystems, it is also recognized as a Ramsar site and a core zone of the Atlantic Forest Biosphere Reserve. Although essential for environmental conservation, it has legal restrictions on public use, encouraging the enjoyment of surrounding attractions with strong aesthetic appeal linked to waterscapes and fauna and flora observation. The institutional documents consulted do not delve into the prospects for ecotourism in this CU and surrounding areas, limiting it to educational visits. On the other hand, there are tourist activities in the surrounding area promoted by local operators and guides, such as trails, interpretive tours, and admiring nature and the historic Vila da Capilha. These practices demonstrate potential for integrating biodiversity and geodiversity conservation with sociocultural enhancement, highlighting ESEC Taim as a priority area within the PGPA. Continuing research should encompass the other PAs, seeking to integrate their management with the PGPA, with a view to mutually strengthening conservation strategies and sustainable use of nature in the Lagoa dos Patos estuary.

KEYWORDS: Ecotourism; Geotourism; Paisagem das Águas Geopark Project; Lagoa dos Patos Estuary; Rio Grande do Sul.

Introdução

O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países com maior biodiversidade devido à riqueza de seus biomas e ecossistemas (Brasil, 2010), além de apresentar uma das maiores riquezas minerais e diversidade de paisagens (Silva *et al.*, 2021), e uma multiplicidade de aspectos socioculturais. Nesse contexto, surgem mecanismos que regulamentam áreas de especial interesse para a proteção da natureza, tanto no que se refere aos elementos de biodiversidade quanto de geodiversidade, e na relação com as comunidades tradicionais. Entre elas está principalmente a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo as Unidades de Conservação (UCs) como espaços legalmente protegidos, voltados à preservação e ao uso sustentável da natureza, oportunizando a integração de atividades turísticas, educativas, recreativas e de pesquisa científica.

Além destes mecanismos de conservação ambiental por meio de leis específicas, hoje tem destaque outras iniciativas que tratam de aliar

conservação e desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Geoparque Mundial Unesco (GMU ou *UGGp - Unesco Global Geopark*) é um título destinado aos territórios que voluntariamente se enquadram nos requisitos e diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esta representa uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, voltada à conservação do geopatrimônio em articulação com os demais patrimônios naturais e culturais. Diferentemente das UCs, não impõem restrições diretas à ocupação do território, devendo, entretanto, atuar em sinergia com os mecanismos legais de proteção da natureza e da cultura, como os estabelecidos pelo SNUC (Beil, 2020). Essa estratégia tem ganhado destaque no Brasil, evidenciada pelo crescimento do número de GMUs, que passou de um, em 2021, para seis, em 2024. Nesse contexto, ressalta-se a importância da participação das comunidades diretamente envolvidas, especialmente por meio do turismo, diante do crescente interesse científico, político e social sobre esses territórios.

Este estudo tem como objetivo investigar o potencial ecoturístico na interface entre UCs e GMUs, a partir do estudo de caso da Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim), integrante do Projeto Geoparque Paisagem das Águas (PGPA). A problemática é entender de que forma as UCs podem contribuir para o fortalecimento do ecoturismo, conciliando conservação ambiental e desenvolvimento sustentável em uma área que tem avançado com a proposição e implementação de um Geoparque. O principal geopatrimônio do território proposto pelo PGPA é o estuário da Lagoa dos Patos, situado na região sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, pois sua complexidade geológica, geomorfológica e hidrográfica lhe confere relevância científica e ambiental internacional. Uma área que apresenta testemunhos geológicos e processos ambientais que ajudam a compreender a história recente da Terra, especialmente no que se refere à evolução de sistemas costeiros e lagunares da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, elucidando os desafios atuais diante dos contextos de mudanças climáticas e variações do nível do mar (Simon & Rudzewicz, 2025).

Referencial Teórico

Segundo a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Unidades de Conservação (UCs) são espaços legalmente instituídos com vistas à preservação e ao uso sustentável da natureza, desempenhando papel essencial na proteção de elementos da biodiversidade e da geodiversidade, além de outros objetivos como “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”. (Brasil, 2000 - Art. 4º). As UCs estão divididas em doze categorias, distribuídas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (Brasil, 2000). As Unidades de Uso Sustentável são áreas que visam conservar a natureza e o uso sustentável de seus recursos, onde é permitido atividades de ação humana que não comprometam a integridade dos ecossistemas; e as Unidades de Proteção Integral, cujo principal objetivo é preservar o meio ambiente, permitindo somente o uso indireto dos seus recursos naturais, para fins de educação ambiental e pesquisa científica.

Os GMUs são definidos como “áreas geográficas únicas e unificadas, onde sítios e paisagens de importância geológica internacional são geridos com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2024, p. 176). Mais do que tudo, hoje representa uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com foco na conservação do geopatrimônio em conexão com os demais patrimônios (naturais e culturais). Apesar de não haver legislação específica no Brasil que regule a ocupação dos Geoparques, o SNUC e outros mecanismos legais de proteção da natureza e da cultura são vistos como ferramentas aliadas na conservação destes territórios (Beil, 2020).

Dessa forma, torna-se importante abordar as diferentes atividades turísticas que ocorrem nestes espaços, dentre elas o ecoturismo. O Ministério do Turismo (MTUR) define o ecoturismo como:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2010, p. 17).

Sendo assim, o ecoturismo pretende concatenar os seguintes objetivos: a) a preocupação com a questão da sustentabilidade, incluindo impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos; b) o aspecto educativo (dimensão ecológica e ambiental); e c) a inserção das comunidades locais no planejamento e gestão da atividade (Pires, 2002). Sendo assim, além de ser elemento presente entre os objetivos de certas categorias de UCs, o ecoturismo oferece oportunidades de garantia do direito de acesso da população às riquezas naturais de um país. Nesse contexto, as parcerias entre os governos e a sociedade civil, a valorização de movimentos cooperativos e redes de atores em diferentes escalas e a ênfase do caráter comunitário na tomada de decisão, surgem como principais tendências no estabelecimento e manejo de áreas naturais protegidas no mundo. A experiência de redes, coletivos locais, associações ou cooperativas de turismo de base comunitária, atuando na oferta de serviços e atividades de apoio à visitação em áreas protegidas, configuram-se como formas alternativas do tipo “público-comunitárias”, que se pautam na promoção da autonomia e no empoderamento das comunidades locais (Botelho; Raimundo, 2023).

Da mesma forma, a sustentação dos Geoparques enquanto estratégia de desenvolvimento territorial tem demonstrado ser dependente do estímulo contínuo à articulação dos atores para o trabalho em rede, geralmente liderado a partir do eixo turismo na governança desses territórios (Medeiros, Gomes, Nascimento, 2015). Nesses, o geoturismo tem sido difundido como a modalidade turística mais alinhada aos objetivos e valores propostos pela Unesco para esses territórios propostos pela Unesco, sendo oficialmente definido como: “o turismo que sustenta e valoriza a identidade de um território, tendo em consideração a sua geologia, ambiente, cultura, estética, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes.” (Declaração de Arouca, 2011). Dessa forma, se configuram enquanto territórios privilegiados para o

desenvolvimento integrado da ciência, educação e turismo, principalmente pela via do geoturismo (Rudzewicz; Bregolin; Simon, 2024). No contexto brasileiro, tanto o geoturismo quanto a geoconservação configuram-se como temas de estudo recentes, o que evidencia a necessidade de avançar na sistematização do conhecimento e na formulação de estratégias que orientem seu desenvolvimento (Cardoso; Felipe; Rodrigues, 2021).

As expectativas entorno da atividade turística se dá pela sua capacidade de movimentar e beneficiar setores diversos como hospedagem, alimentação, transporte, indústria e comércio, e indiretamente, agricultores, artistas, artesãos, de forma a contribuir para o fortalecimento da identidade e da cultura local, melhorando a qualidade de vida local. Ao mesmo tempo, a titulação internacional também cria desafios no âmbito do planejamento e da gestão dos Geoparques, especialmente quanto à conservação e proteção dos geossítios, os quais são os grandes atrativos turísticos desses territórios (Cardoso; Felipe; Rodrigues, 2021).

Para além da atividade turística já consolidada em UCs inseridas em sua área, o Geoparque deve promover a integração entre os municípios e articular as diferentes formas de turismo existentes no território. Sua perspectiva regional exige um planejamento coletivo e participativo, de forma que o turismo possa impulsionar o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, respeitar e valorizar as condições e características naturais e culturais locais (Cardoso; Felipe; Rodrigues, 2021).

Material e Método

Este estudo é caracterizado por uma abordagem qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), trata-se de um tipo de pesquisa “que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. Esta abordagem possibilitou compreender como os documentos oficiais sobre as UCs abordam o uso público e a conservação ambiental, permitindo identificar limites e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo em consonância com os princípios do SNUC (Brasil, 2000) e dos Geoparques.

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, do tipo estudo de caso, o qual é descrito por Yin (2010) como uma pesquisa que combina profundidade da análise dos dados com a observação direta dos fenômenos.

A amostra foi intencional, composta exclusivamente pela Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim), UC de proteção integral localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. A escolha dessa UC justifica-se por sua importância e relevância ambiental, sendo a localidade reconhecida como um sítio Ramsar² (Quintella, 2022) e zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (ISA, 2008). Outro critério para a seleção foi a ausência de estudos sistemáticos que discutam suas potencialidades ecoturísticas, além do fato de estar inserida na área do projeto de Geoparque, o que reforça a pertinência do recorte adotado.

A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2025 e baseou-se na análise documental de caráter técnico e normativo. O documento principal utilizado foi o Plano de Manejo da ESEC Taim (Brasil, 2021), documento oficial

que estabelece as diretrizes de proteção, zoneamento e gestão da unidade. Além disso, foram consultados relatórios e publicações institucionais como o Plano Ambiental do município de Rio Grande (Tagliani, 2022), o Posicionamento territorial e estratégias turísticas para a cidade do Rio Grande - RS (Fonseca *et al.*, 2024), os relatórios de atividades turísticas dos municípios abrangidos (MTur, 2025b; 2025c), e outros. De forma complementar, realizou-se a observação em site de operador do turismo local (Caminhando pelo Taim, 2025) e fez-se uso de registros fotográficos de práticas de turismo anteriormente realizadas na área do estudo de caso.

Adotou-se a técnica da análise temática, conforme descrita por Dias e Mishima (2023), na qual os dados foram organizados e interpretados a partir de classes de temas definidos em consonância com os objetivos da pesquisa. Essa abordagem permitiu identificar padrões, categorias e significados presentes nos documentos analisados, tais como diretrizes e limites legais ao uso público, e referências às potencialidades ecoturísticas. Com isso, foi possível compreender tanto as restrições quanto às oportunidades para o ecoturismo nesta UC.

Caracterização da área de estudo.

O PGPA foi institucionalizado em 2023 como um projeto de extensão da UFPel, e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável do estuário da Lagoa dos Patos, evidenciando a importância dos elementos de geodiversidade, associado à biodiversidade e à cultura. Seu território abrange sete municípios, uma área de aproximadamente 8.600 km² e uma população de cerca de 500 mil habitantes (Figura 1). A região é marcada por uma complexidade geológica, geomorfológica e hidrográfica, que lhe confere relevância científica e ambiental internacional (Simon; Rudzewicz, 2025).

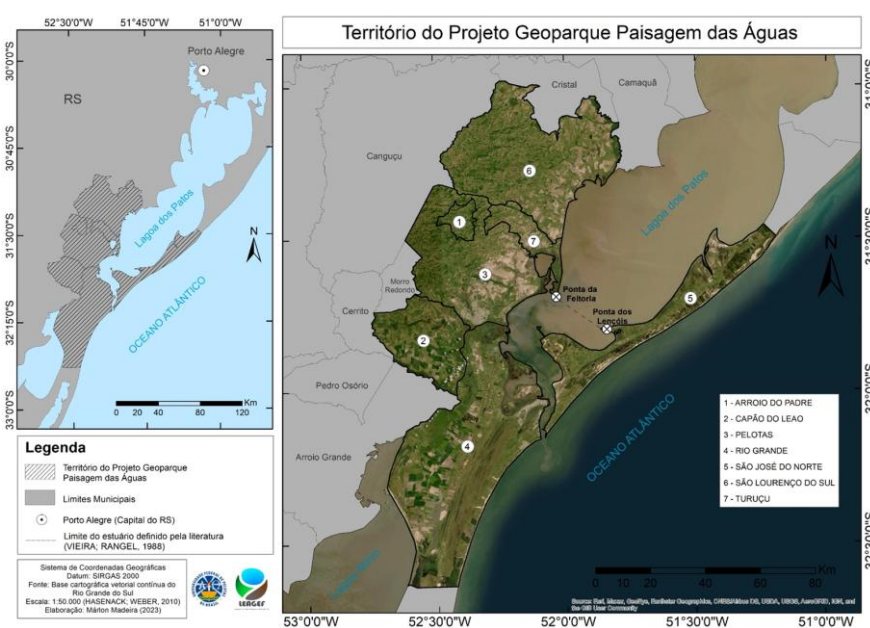


Figura 1: Localização do território do Projeto Geoparque Paisagem das Águas, RS

Figure 1: Location of the territory of Geopark Paisagem das Águas, RS

Fonte: Acervo PGPA (2023)

Source: PGPA collection (2023)

No território do PGPA foram identificadas oito UCs, distribuídas nas seguintes categorias de manejo do SNUC, conforme sua jurisdição de criação (Quadro 1): Federais (3) - ESEC Taim, Parque Nacional (PARNA) da Lagoa do Peixe e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pontal da Barra; Estaduais (2) – Parque Estadual (PE) Camaquã e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Banhado do Maçarico; Municipais (3) – Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, Parque Natural Municipal (PNM) Barra do Rio Grande e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Molhe Leste.

Quadro 1: Unidades de Conservação identificadas no território do PGPA
Frame 1: Conservation Units identified in the PGPA territory

Jurisdição	Nº UCs/ PGPA	Nome das UCs	Municípios
Federal	3	ESEC Taim Parna Lagoa do Peixe RPPN Pontal da Barra	Rio Grande* e Santa Vitória do Palmar* Tavares, Mostardas e São José do Norte* Pelotas*
Estadual	2	PE Camaquã Revis Banhado do Maçarico	Camaquã e São Lourenço do Sul* Rio Grande*
Municipal	3	APA da Lagoa Verde PNM Barra do Rio Grande Revis Molhe Leste	Rio Grande* Rio Grande* São José do Norte*

Nota: * municípios inseridos no PGPA

Note: * municipalities included in the PGPA

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Source: Prepared by the authors (2025)

Entre os municípios do território do PGPA tem destaque Rio Grande, pois abrange quatro das oito UCs identificadas (ESEC Taim, Revis Banhado do Maçarico e APA da Lagoa Verde; e ainda, a mais recente, criada em 2024, o PNM Barra do Rio Grande), demonstrando sua importância ambiental, com localização entre as águas do Atlântico Sul Ocidental, Lagoa dos Patos, Lagoas Mirim e Mangueira (Tagliani, 2022).

O estudo de caso é a Estação Ecológica do Taim (ESEC), uma UC de proteção integral criada em 1986 e ampliada em 2017 para uma área total de aproximadamente 32.806,31 ha - Decreto sem nº, de 05 de junho de 2017 (Brasil, 2017), que está localizada entre os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, na região sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 2). A ESEC Taim situa-se na estreita faixa de terra entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Ela abriga praias oceânicas, dunas, campos, lagoas e, principalmente, banhados e alagados em um clima subtropical, distinguindo-se de outras áreas alagáveis existentes no Brasil (Motta Marques et al., 2013).

O objetivo desta UC é a proteção das áreas de nascentes que alimentam o sistema hidrológico do Taim e áreas de drenagens naturais, de forma a garantir a manutenção dos ecossistemas naturais, sendo reconhecida

como sítio Ramsar (Quintela, 2022). Também garante a conservação de espécies da biodiversidade como o cisne-de-pescoço-preto e a capivara, e a manutenção dos ambientes aquáticos essenciais para aves migratórias e a ictiofauna regional. A UC compõe o sistema hidrológico do Taim, um sistema complexo devido à composição por diversos banhados e lagoas interconectadas, que tem a água como força dominante sobre banhados, associada ao regime de ventos em lagoas (Motta Marques et al., 2013).

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2008), o banhado do Taim abriga aproximadamente 230 espécies de aves, das quais 77 são aquáticas, com registros que ultrapassam 20 mil indivíduos, reconhecendo a localidade como uma zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A presença de diferentes espécies, inclusive aves migratórias ameaçadas de extinção, configuram o local como um território único no mundo e, por isso, reconhecido como um sítio Ramsar (Ramsar, 2017). A ESEC Taim é considerada uma das áreas prioritárias para a conservação do bioma Pampa, o qual apresenta baixo nível de proteção, onde apenas 3,2% do seu território está sob o regime de UCs (MMA, 2018).

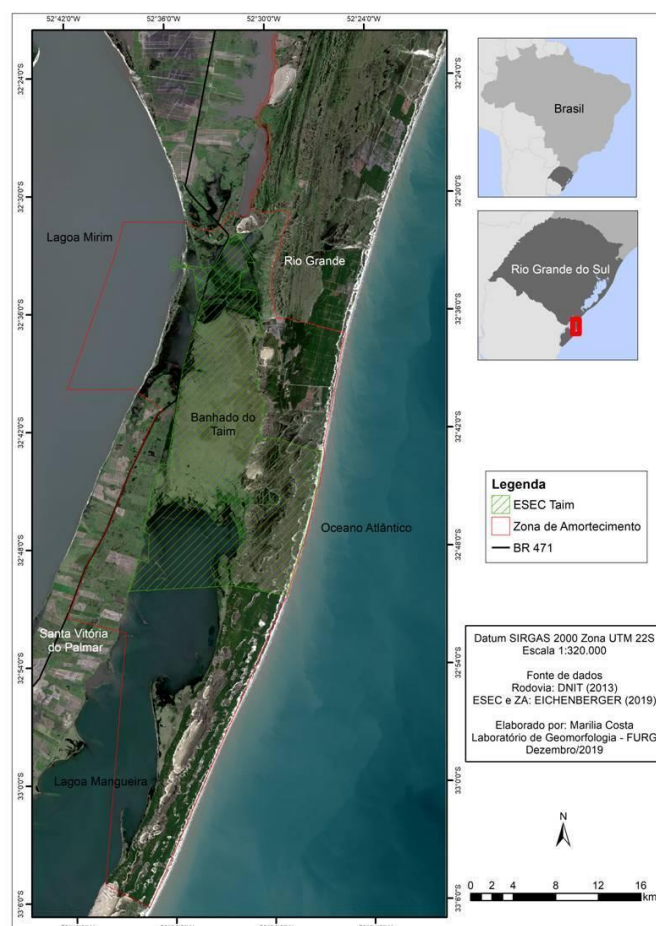


Figura 2: Localização da ESEC Taim, Rio Grande do Sul, Brasil

Figure 2: Location of ESEC Taim, Rio Grande do Sul, Brasil

Fonte: Costa e Sato (2021)

Source: Costa and Sato (2021)

No contexto do turismo, ambos municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, onde a área da ESEC Taim está inserida, fazem parte da Região Turística Costa Doce Gaúcha. Segundo o Mtur (2025a), Rio Grande se encontra na categoria de município turístico, tendo como principal segmento o turismo de sol e praia, sendo o entorno da ESEC Taim descrito como um dos principais atrativos turísticos do município. Santa Vitória do Palmar também está categorizado como município turístico, tendo como principais segmentos o turismo de sol e praia, o turismo cultural, o turismo rural e o ecoturismo; entretanto, a ESEC Taim não aparece descrita entre os principais atrativos turísticos da localidade (Mtur, 2025b).

Resultados e Discussão

A ESEC Taim expõe sua importância ambiental a partir da singularidade do sistema hidrológico do Taim, distinguindo-se de outras áreas alagáveis existentes no Brasil (Motta Marques et al., 2013), assim como pelo fato desses ambientes aquáticos garantirem a manutenção de diversas espécies, entre elas aves migratórias e ictiofauna regional. Segundo Motta Marques *et al.* (2013), os desafios da gestão dessa área estão relacionados à manutenção hidrológica dos banhados, que regulam processos ecológicos fundamentais, e sua compatibilização com o uso da água para irrigação da cultura de arroz, sendo a atividade econômica principal e dominante da região.

Por outro lado, a ESEC Taim apresenta limitações legais ao uso público direto, devido aos objetivos e restrições que se colocam à categoria Estação Ecológica (Brasil, 2000). No Plano de Manejo (Brasil, 2021), o ecoturismo é apontado como um dos valores fundamentais da UC, pois está associado à conservação dos processos ecológicos que garantem serviços ambientais como qualidade da água, regulação do balanço hídrico e do microclima, e manutenção da biodiversidade, incentivando práticas sustentáveis e o bem-estar socioambiental em seu entorno. Entretanto, o tema ecoturismo não é aprofundado ao longo do documento, sendo mencionado uma única vez como uma ação de planejamento considerada de média prioridade, conforme segue: “planejamento de uso público com objetivo educacional que inclui a capacitação do trade turístico da cidade, manutenção dos cursos de monitores e avaliar o sistema de trilhas.” (Brasil, 2021, p. 27). O documento menciona que a gestão da visita foi considerada de baixa prioridade pelos participantes da oficina de elaboração do Plano de Manejo, porém, considerando critérios de políticas públicas em andamento e competências institucionais, essa ação foi recategorizada para prioridade média, e seguida pela equipe gestora da UC. Isso demonstra um recente entendimento e avanço das políticas públicas no fomento ao uso público das UCs no Brasil, em que surgem novas oportunidades e desafios para a gestão dos recursos naturais, entre eles a necessidade de uma integração intersetorial que considere as formas de inserção das UCs no desenvolvimento local e regional, onde o turismo tem papel importante entre as múltiplas atividades socioeconômicas que ocorrem no entorno das UCs (Bregolin et al., 2024).

O ecoturismo, mencionado como sinônimo de visita com finalidade educacional, está previsto no Plano de Manejo (Brasil, 2021) como uma forma de desenvolver o eixo de pesquisa e educação associado à ESEC Taim,

compreendendo o potencial de interação com instituições de ensino e pesquisa, prevendo a construção de um Centro Interpretativo, instalações mínimas para acolher os visitantes e a implantação de trilhas para educação ambiental. As áreas permitidas para a visita com fins educacionais, conforme este documento (Brasil, 2021), estão localizadas nas seguintes zonas: de conservação, de adequação ambiental, de infraestrutura e de uso divergente. A primeira zona contém os ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, com baixa intervenção humana, onde estão previstas atividades de pesquisa e visita com objetivo educacional, com infraestruturas mínimas que garantam, por exemplo, a segurança do visitante, sendo permitido o uso de animais de montaria, em situações excepcionais para essas atividades. Na zona de adequação ambiental, que são as áreas destinadas à recuperação do ambiente, consideravelmente antropizadas ou com empreendimentos que não são de interesse público, estão permitidas a abertura de novas trilhas, para a pesquisa e para a visita educacional.

Já na zona de infraestrutura, que concentra espacialmente os serviços e instalações da UC, comporta facilidades à visita e à administração da unidade, onde estão previstas a construção de um Centro de Interpretação Ambiental e estruturas mínimas para piqueniques e churrasqueiras. Por último, a zona de uso divergente contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da UC. Nesta é admitida a visita educacional, desde que acordada em instrumento jurídico específico, respeitadas as especificidades da categoria ESEC, permitindo a instalação de equipamentos facilitadores para esse fim, mediante autorização da gestão da área.

No Plano Ambiental do município de Rio Grande (Tagliani, 2022), não há menções ao potencial do ecoturismo na ESEC Taim. O documento menciona o grande fluxo de turistas no verão, principalmente na orla marítima, mas também em locais como a Ilha dos Marinheiros, que tem no crescimento acelerado do turismo um dos principais impactos nos ecossistemas (Quintela, 2022). Entre os desafios ambientais do município consta a manutenção das condições ambientais das águas, considerados ativos importantes para o turismo e outras atividades predominantes na região (agricultura, pesca, etc).

Portanto, os documentos institucionais consultados não aprofundam as perspectivas do ecoturismo nesta UC e áreas de entorno, restringindo-o à noção de visita com finalidade educacional. Entretanto, verifica-se que as possibilidades de aproveitamento turístico são crescentes principalmente na zona de uso divergente da ESEC, onde estão assentadas populações humanas, bem como suas áreas de entorno. Com isso, a gestão da UC demonstra incorporar, de forma gradual, a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local por meio do turismo, ao mesmo tempo em que busca compatibilizar os usos que já existem com os objetivos da ESEC, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a natureza.

Rio Grande é o município que demonstra melhor aproveitamento da localização da ESEC Taim, pois sua base administrativa encontra-se a 85 km da sede municipal, enquanto Santa Vitória do Palmar encontra-se a 138 km. Dessa forma, a ESEC Taim é mencionada como um dos principais atrativos

turísticos de Rio Grande (Mtur, 2025a), mas não consta no relatório de atrativos turísticos de Santa Vitória do Palmar (Mtur, 2025b). A partir do reconhecimento do título de Capital Nacional das Águas (Lei nº 14.746, de 06 de dezembro de 2023), Rio Grande tem buscado um posicionamento turístico alinhado a essa proposta. Um dos eixos de ação previstos do recente documento “Posicionamento territorial e estratégias turísticas para a cidade do Rio Grande – RS” (Fonseca *et al.*, 2024) é denominado “Eixo Natureza”, que enfatiza o segmento ecoturismo, apontando para a valorização da ESEC Taim e a oferta de experiências turísticas imersivas na natureza, ao promover práticas como a contemplação da fauna, da flora e do horizonte, e a integração entre preservação e educação ambiental.

Assim, o Taim é entendido como um dos mais importantes atrativos de Rio Grande, mas que ainda precisa ser qualificado para o acolhimento dos visitantes. O *Taim Experience* é um dos projetos estratégicos previstos no Eixo Natureza (Fonseca *et al.*, 2024), que trata de incentivar a visita guiada na ESEC, de forma a aliar a proteção da fauna e da flora - ou seja, aqui restrita à noção de biodiversidade - com o acesso de visitantes, controlado e regulamentado pelos órgãos ambientais. Também são sugeridas intervenções urbanas e artísticas na via de acesso (BR-471), como a construção de mirantes, pontos de estacionamento, sinalização e instalações com informações turísticas, proposição de trilhas em plataformas suspensas sobre os banhados, criação de passeios turísticos e programas de visita voltados ao público de escolas e universidades, buscando “equilibrar o turismo com os objetivos científicos e de conservação” (Fonseca *et al.*, 2024, p. 140). Este documento sugere o desenvolvimento de práticas como safáris fotográficos, observação de aves, educação ambiental e passeios em pequenas embarcações, assim como a construção de um centro de visitantes, com exposições educativas e informações sobre a fauna, a flora e a história da região, e a implantação de hospedagens alternativas em meio à natureza.

Portanto, o documento supracitado apresenta uma visão restrita acerca do ecoturismo, compreendendo-o como estratégia de incentivo à conservação ambiental e à ciência produzida estritamente sobre a biodiversidade local, excluindo a estreita relação entre o patrimônio natural e cultural, e a promoção do bem-estar das populações que vivem na área e no seu entorno, conforme conceito de ecoturismo do MTUR (Brasil, 2010). Ainda não são vislumbrados os potenciais do geoturismo, que integra geologia, ambiente, cultura, estética, patrimônio e bem-estar das populações residentes, conforme definido na Declaração de Arouca (2011). Isso evidencia o desconhecimento sobre a relevância ambiental das águas que compõe o sistema hidrológico do Taim, em forma de banhados e lagoas interconectadas além de suas praias oceânicas e dunas (Motta Marques *et al.*, 2013), entre outros elementos da geodiversidade local, interligados aos aspectos culturais, sociais e econômicos das populações que vivem nas proximidades dessa área, demarcando a singularidade da paisagem do Taim. A partir da análise desses documentos, verificou-se divergências entre os setores ambientais e turísticos, no que tange às propostas para o desenvolvimento do ecoturismo na área da ESEC Taim e entorno.

Atualmente, operadores locais oferecem passeios à Praia da Capilha e à Lagoa Mirim, hoje considerados os principais atrativos do entorno da ESEC

Taim. Também são realizadas visitas guiadas por trilhas, que incluem pontos de interesse como as figueiras, os campos de dunas e a histórica Vila da Capilha, onde se encontra a Capela de Nossa Senhora da Conceição (Caminhando pelo Taim, 2025). Há acompanhamento de condutores locais em visitas interpretativas e contemplação da fauna, observação de aves, expedições fotográficas, visita ao Centro de Interpretação Ambiental, atendendo principalmente públicos de universidades e escolas da região (Figura 3). O aproveitamento desses atrativos demonstra forte apelo à contemplação estética e observação da biodiversidade, mas ainda demonstra uma compreensão restrita dos elementos da geodiversidade que conformam as paisagens das águas presentes na ESEC Taim e entorno.

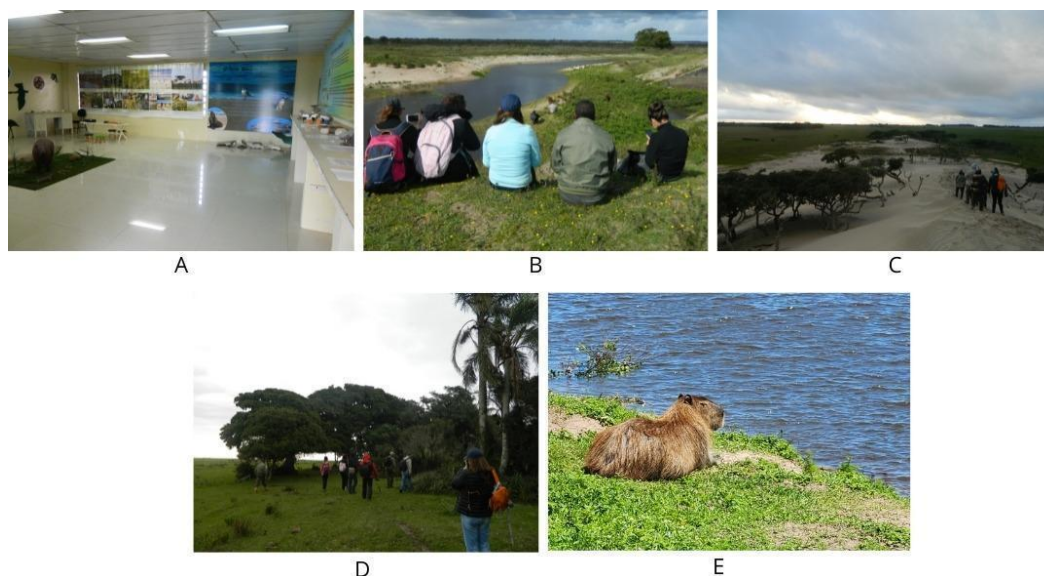


Figura 3: Práticas de turismo e educação ambiental na ESEC Taim e entorno
Figure 3: Tourism and environmental education practices at ESEC Taim and surrounding areas

Nota: A. Centro de interpretação ambiental na ESEC Taim; B. Observação de Aves; C. Trilha guiada pelo campo de dunas; D. Expedição Fotográfica; E. Observação de Fauna.
Note: A. Environmental Interpretation Center at ESEC Taim; B. Birdwatching; C. Guided Trail through the Dune Fields; D. Photographic Expedition; E. Wildlife Observation.

Fonte: Rudzewicz (2018)
Source: Rudzewicz (2018)

Conclusão

Os resultados da pesquisa revelam a importância do estudo dos potenciais ecoturísticos nas UCs e suas interfaces com os GMUs, oferecendo subsídios para a integração dessas estratégias de conservação ambiental e inserção da perspectiva do bem-estar e desenvolvimento sustentável das populações que vivem nessas áreas. A identificação das categorias de manejo, jurisdições de criação e municípios abrangidos pelas oito UCs no território do PGPA, permitiu compreendê-las como áreas estratégicas no que tange ao papel do turismo como motor da dinamização socioeconômica das populações abrangidas pela proposta de Geoparque.

A ESEC Taim desponta como área prioritária no território do PGPA, apontando para potenciais e restrições no que tange ao desenvolvimento integrado do ecoturismo e do geoturismo, e suas aproximações com a

pesquisa científica e a educação ambiental. Embora a análise das complementaridades e diferenças entre essas duas modalidades de turismo não tenha sido objetivo deste trabalho, elas constituem uma linha promissora de investigação no âmbito do PGPA. A análise integrada entre UCs e Geoparques, sobretudo sob a perspectiva turística, evidencia sinergias entre essas estratégias, relevando tema ainda pouco explorado na literatura científica.

Nesse contexto, o turismo pode desempenhar papel de indutor de práticas de produção e consumo sustentáveis no território, fortalecendo tanto o mecanismo legal de proteção da natureza (ESEC Taim) quanto a proposta em construção (PGPA), voltada ao futuro reconhecimento do estuário da Lagoa dos Patos como Geoparque Mundial Unesco. Enquanto o Geoparque se constitui como iniciativa de fomento ao desenvolvimento sustentável, sem impor restrições diretas à ocupação do território e às atividades socioeconômicas, o atual Plano de Manejo da ESEC Taim passou a indicar caminhos de concertação entre a gestão da UC e as comunidades locais. Ainda que a presença humana seja formalmente considerada incompatível com sua categoria de manejo no SNUC, esse Plano admite a instalação de equipamentos e práticas de visitação educacional na zona de uso divergente, desde que regulamentadas por instrumentos jurídicos específicos e respeitadas as condições da UC.

A continuidade da pesquisa buscará ampliar o estudo para as demais UCs do território, tratando de integrar seus órgãos gestores como parceiros do PGPA, contribuindo para o fortalecimento mútuo das estratégias de conservação e uso sustentável da natureza no estuário da Lagoa dos Patos.

Referências

BEIL, Isabela Maria. Proteção da natureza e do patrimônio: uma análise sobre o conceito de geoparque. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 3, Edição 512, p. 1 – 14, 2020. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i3.10442.

BOTELHO, Eloise Silveira; RAIMUNDO, Sidnei. Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, 16(3), 25-46, 2023. DOI: 10.34024/rbecotur.2023.v16.15171

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto sem nº, de 05 de junho de 2017**. Amplia a Estação Ecológica do Taim, localizada nos Municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/dsn14472.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.746, de 06 de dezembro de 2023.** Confere o título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14746.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de atividades turísticas:** Rio Grande – RS. Brasília, DF: MTur, 2025a. 12 p. Relatório.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de atividades turísticas:** Santa Vitória do Palmar – RS. Brasília, DF: MTur, 2025b. 13 p. Relatório.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, ICMBIO, 2021. 61 p.

BREGOLIN, Michel; RUDZEWICZ, Laura; MONTEIRO, Bruna Borges; ALVES, Thalia Ferreira. Relações entre Unidades de Conservação e Turismo em municípios do entorno. **Geographia Meridionalis**, v. 7, p. e0240008, 6 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/gm.v7i.27633>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/27633>. Acesso em: 23 de jun. de 2025.

CAMINHANDO PELO TAIM. **Trilhas.** Disponível em: <https://capilha.com.br/trilhas/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RODRIGUES, José Claudio Ramos; CARDOSO, Israel Vasconcelos; FELIPE, Joice Batista. O desenvolvimento regional sustentável e a interação dos atores locais na proposta do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (SC/RS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 14, n. 3, 2021. DOI:10.34024/rbecotur.2021.v14.10191. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10191>.

COSTA, Marília Silva da; SATO, Simone Emiko. Estação ecológica do Taim: uma análise sobre uso do espaço físico-natural e a legislação ambiental. **GeoUECE (online)**, Fortaleza, v. 10, n. 18, p. 122-134, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/4338>. Acesso em: 30 de set. de 2025.

DECLARAÇÃO DE AROUCA. **International Conference Arouca 2011.** Geotourism in action. Disponível em: http://www.aroucageopark.pt/documents/75/Declaracao_Arouca_PT.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2025.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, v. 11, n. 1, p. 402-411, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828>

FONSECA, Marcelo Jacques; TREZ, Guilherme; BITTENCOURT, Paulo Henrique da Rocha; TAROUÇO, Fabrício Farias; JORGE, Gabriel Gallina; DAUT, Franciele; ROHDER, Juliana Pedrosa. **Posicionamento territorial e estratégias turísticas para a cidade do Rio Grande - RS**. Rio Grande: Ed. dos Autores, 2024. 253.pok

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

ISA, Instituto Socioambiental. **Taim triplicará sua área e debates com sociedade começam**. ICMBio, 13/06/2008. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/57269>. Acesso em: 13 de jun. de 2025.

MEDEIROS, Carlos Alberto Freire; GOMES, Cristiane Soares Cardoso Dantas; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do. Gestão em Geoparques: desafios e realidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 2, p. 342–359, 2015. DOI: 10.7784/rbtur.v9i2.798. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/798>. Acesso em: 25 set. 2025.

MMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lista de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

MOTTA MARQUES, David da.; et al. O Sistema Hidrológico do Taim. In: TABARELLI, Marcelo.; DA ROCHA, Carlos Frederico Duarte.; ROMANOWSKI, Helena Picolli.; ROCHA, Odete Rocha.; DE LACERDA, Luiz. Drude. (Ed.). **PELD–CNPq Dez anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de longa duração no Brasil**: Achados, Lições e Perspectivas PELD. Recife: Editora Universitária UFPE, Série de Publicações PELD, 2013. 446 p. p. 197-220.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002. 272p.

QUINTELA, Fernando Marques. As áreas prioritárias para conservação. In: TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini (Coord.). **Plano Ambiental do Município do Rio Grande**. Ed. rev. ampl. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. p. 336-352.

RAMSAR. **Estação Ecológica do Taim**. 2017. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2298?language=en>. Acesso em: 14 de jun. de 2025.

RUDZEWICZ, Laura; BREGOLIN, Michel; SIMON, Adriano Luis Heck. Geoparques do Rio Grande do Sul: territórios de ciência, educação e turismo. In: **Anais do II Simpósio Internacional de Turismo Científico**: o Turismo Científico como estratégia para a popularização da ciência. Rio de Janeiro: Unirio, 2024. p. 153-159. Link: anais-ii-simposio-de-turismo-cientifico-faperj-2023-edicao-final. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, Gilmar Barro da; NEIVA, Rafaely Moreira Sabbá; FONSECA FILHO; Ricardo Eustáquio; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do. Potencialidades do geoturismo para a criação de uma nova segmentação turística no Brasil. **Revista Turismo em Análise - RTA**, ECA-USP, v. 32, n. 1, p. 1-18, jan./abr., 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i1p1-18>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/178034>. Acesso em: 30 set. 2025.

SIMON, Adriano Luís Heck.; RUDZEWICZ, Laura. Projeto Geoparque Paisagem das Águas: estratégia de desenvolvimento sustentável para o território do estuário da Lagoa dos Patos (Brasil). **Revista de Geomorfologia**, v. 2 n. 1. p. 1-6. 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/>. Disponível em: <https://revistaaprogeomg.org.br/index.php/margaridapenteadorevista/article/view/94>. Acesso em: 15 set. 2025.

TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini (Coord.). **Plano Ambiental do Município do Rio Grande**. Ed. rev. ampl. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 494 p. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/wp-content/uploads/2022/03/PLANOAMBIENTAL-1>. Acesso em: 15 jun. de 2025.

UNESCO - Global Geoparks Network. **A Toolkit For Developing And Managing Tourism. Latin America and the Caribbean & the Arab States**. Paris, France: Unesco, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/geotourism-unesco-global-geoparks-toolkit-developing-and-managing-tourism>. Acesso em: 23 de jun. de 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.

Notas:

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida durante bolsa de iniciação científica (Edital FAPERGS/PROBIC 2/UFPEL, 2024), no âmbito do Projeto Geoparque Paisagem das Águas.

² O reconhecimento de um sítio Ramsar é feito pela Convenção sobre Zonas Úmidas, um tratado intergovernamental instituído na década de 1970, que visa a conservação destas áreas consideradas relevantes para a conservação e o uso racional destes recursos. Disponível em: <https://www.ramsar.org/>. Acesso em: 14 de jun. de 2025.